



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 017/2017

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução nº. 005/2007, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 03 de outubro de 2017, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões na Sede do Ministério Público, situada à 5ª Avenida, 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

1. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.17729/2017. ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO SEM PREJUÍZO DAS FUNÇÕES. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ALEX SANTANA NEVES. RELATOR: CONSELHEIRO NIVALDO DOS SANTOS AQUINO.

2. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.18453/2017. ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO COM PREJUÍZO DAS FUNÇÕES. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA GUSTAVO FONSECA VIEIRA. RELATORA: CONSELHEIRA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA.

3. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.18452/2017. ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO COM PREJUÍZO DAS FUNÇÕES. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA LÍVIA SAMPAIO PEREIRA. RELATORA: CLEONICE DE SOUZA LIMA.

4. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.3518/2017, DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERRINHA. ASSUNTO: REZONEAMENTO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA SOURE E CIPÓ. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA POLLYANNA QUINTELA FALCONERY. RELATORA: CONSELHEIRA MARILENE PEREIRA MOTA. VOTO VISTA: CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA, DOUTOR MARCO ANTÔNIO CHAVES DA SILVA.

5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.22281/2017. ASSUNTO: RENÚNCIA À REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE PARA A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IPIRÁ. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA VALÉRIA MAGALHÃES PINHEIRO DE SOUZA. RELATORA: CONSELHEIRA MARILENE PEREIRA MOTA.

6. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 167.9.100796/2017, DA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MATA DE SÃO JOÃO. RELATORA: CONSELHEIRA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA. VOTO VISTA: CONSELHEIRA MARILENE PEREIRA MOTA.

7. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NO RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.266837/2016, APENSO Nº 003.0.173743/2016, ORIUNDO DO GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL. RELATOR: CONSELHEIRO PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA. VOTO VISTA: CONSELHEIRA MARILENE PEREIRA MOTA.

8. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

- 8.1. Procedimento Ministerial SIMP nº 054.0.12624/2012, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;
- 8.2. Inquérito Civil nº 682.0.7242/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Caetité;
- 8.3. Inquérito Civil nº 647.0.127870/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 8.4. Inquérito Civil nº 596.0.119632/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 8.5. Procedimento Ministerial nº 138.9.3304/2017, da Promotoria de Justiça de João Dourado;
- 8.6. Inquérito Civil nº 003.0.27862/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.7. Inquérito Civil nº 003.9.270007/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.8. Procedimento Ministerial nº 003.0.93645/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.9. Inquérito Civil nº 001.0.207048/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

- 8.10. Inquérito Civil nº 003.0.3776/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 8.11. Inquérito Civil nº 003.0.161327/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.12. Inquérito Civil nº 160981/2007, da Promotoria de Justiça de Itacaré;
- 8.13. Procedimento Ministerial nº 003.0.259553/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor da capital;
- 8.14. Inquérito Civil nº 681.0.185046/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 8.15. Procedimento Ministerial nº 600.9.132265/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente do Recôncavo Sul;
- 8.16. Inquérito Civil nº 001.9.178032/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 8.17. Inquérito Civil nº 597.0.232457/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.18. Inquérito Civil nº 003.0.111724/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.19. Inquérito Civil nº 247.9.85274/2017, da Promotoria de Justiça de Riacho de Santana;
- 8.20. Inquérito Civil nº 590.0.7589/2008, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 8.21. Inquérito Civil nº 202.0.104224/2015, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
- 8.22. Procedimento Ministerial nº 608.0.162885/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 8.23. Procedimento Ministerial nº 600.9.173184/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 8.24. Inquérito Civil nº 001.9.164744/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 8.25. Inquérito Civil nº 003.0.104002/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor da capital.



RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 8.26. Recurso Administrativo apenso ao Inquérito Civil nº 596.0.27743/2016, da 21ª Feira da Santana;
- 8.27. Inquérito Civil nº 167.0.122487/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 8.28. Procedimento Ministerial nº 719.0.170531/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 8.29. Inquérito Civil nº 003.0.66934/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.30. Inquérito Civil nº 003.9.87971/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Consumidor;
- 8.31. Inquérito Civil nº 646.0.177215/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.32. Inquérito Civil nº 001.9.174263/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 8.33. Inquérito Civil nº 003.0.50480/2007, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.34. Procedimento Ministerial nº 680.0.97402/2010, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 8.35. Inquérito Civil nº 674.0.189094/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 8.36. Inquérito Civil nº 003.9.87911/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.37. Procedimento Ministerial nº 003.0.22599/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 8.38. Procedimento Ministerial nº 069.0.129760/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 8.39. Inquérito Civil nº 598.0.186410/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.40. Inquérito Civil nº 167.0.9132/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

- 8.41. Procedimento Ministerial nº 003.9.32486/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 8.42. Inquérito Civil nº 102.0.39443/2016, da Promotoria de Justiça de Itapitanga;
- 8.43. Inquérito Civil nº 597.0.127510/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.44. Inquérito Civil nº 591.0.57636/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 8.45. Inquérito Civil nº 644.0.218498/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 8.46. Inquérito Civil nº 202.0.67553/2016, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
- 8.47. Inquérito Civil nº 656.0.233178/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 8.48. Procedimento Ministerial nº 600.9.171962/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 8.49. Inquérito Civil nº 646.0.178891/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.50. Inquérito Civil nº 646.0.178654/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.51. Inquérito Civil nº 001.9.148134/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 8.52. Inquérito Civil nº 001.9.153316/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 8.53. Procedimento Ministerial nº 083.0.219499/2011, da Promotoria de Justiça de Conceição de Feira;



- 8.54. Procedimento Ministerial nº 644.9.150780/2017, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;
- 8.55. Inquérito Civil nº 003.0.202819/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 8.56. Procedimento Ministerial nº 212.0.165006/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 8.57. Inquérito Civil nº 003.9.22877/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 8.58. Procedimento Ministerial nº 003.0.169512/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 8.59. Inquérito Civil nº 001.9.154719/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 8.60. Procedimento Ministerial nº 069.0.130029/2008, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.61. Inquérito Civil nº 085.0.57434/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida.
- 8.62. Inquérito Civil nº 003.0.19958/2009, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 8.63. Inquérito Civil nº 001.9.177839/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 8.64. Inquérito Civil nº 001.9.174395/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 8.65. Procedimento Ministerial nº 600.9.131184/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 8.66. Procedimento Ministerial nº 003.0.115917/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 8.67. Inquérito Civil nº 596.0.159214/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 8.68. Inquérito Civil nº 709.0.231168/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 8.69. Inquérito Civil nº 003.0.228508/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 8.70. Procedimento Ministerial nº 600.9.186507/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 8.71. Inquérito Civil nº 001.9.146445/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus
- 8.72. Procedimento Ministerial nº 247.9.82715/2017, da Promotoria de Justiça de Riacho de Santana;
- 8.73. Procedimento Ministerial nº 247.9.82818/2017, da Promotoria de Justiça de Riacho de Santana.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 8.74. Procedimento Ministerial nº 003.0.98762/2010, da Promotoria de Justiça de Piatã;
- 8.75. Inquérito Civil nº 003.0.9.87936/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.76. Inquérito Civil nº 707.9.104202 2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Poções;
- 8.77. Procedimento Ministerial nº 003.0.184201/2009, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 8.78. Procedimento Ministerial nº 003.0.127557/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.79. Inquérito Civil nº 003.0.9464/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.80. Inquérito Civil nº 692.0.130850/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;

- 8.81. Inquérito Civil nº 692.0.71175/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 8.82. Procedimento Ministerial nº 003.0.240513/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.83. Inquérito Civil nº 608.0.113723/2012, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 8.84. Inquérito Civil nº 594.0.127170/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Canavieiras;
- 8.85. Procedimento Ministerial nº 035.9.117821/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 8.86. Inquérito Civil nº 001.9.177938/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 8.87. Procedimento Ministerial nº 003.9.167488/2017, da Promotoria de Justiça de Santa Terezinha.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA MARILENE PEREIRA MOTA:

- 8.88. Procedimento Ministerial nº 003.0.59983/2011, do Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – NUDEPHAC;
- 8.89. Inquérito Civil nº 592.9.34820/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 8.90. Inquérito Civil nº 596.0.85402/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 8.91. Procedimento Ministerial nº 003.0.239222/2013, da Promotoria de Justiça de Tremedal;
- 8.92. Inquérito Civil nº 696.0.30696/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 8.93. Procedimento Ministerial nº 003.9.83194/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.94. Procedimento Ministerial nº 701.0.228536/2016, da Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 8.95. Procedimento Ministerial nº 003.0.188688/2016, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 8.96. Inquérito Civil nº 608.0.15890/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 8.97. Inquérito Civil nº 644.9.10122/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 8.98. Procedimento Ministerial nº 674.0.231251/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 8.99. Procedimento Ministerial nº 596.0.74897/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 8.100. Procedimento Ministerial nº 114.0.119903/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 8.101. Procedimento Ministerial nº 003.0.89512/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 8.102. Procedimento Ministerial nº 596.0.106890/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 8.103. Inquérito Civil nº 003.9.266754/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 8.104. Inquérito Civil nº 001.9.146901/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 8.105. Inquérito Civil nº 001.9.153394/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 8.106. Inquérito Civil nº 167.0.103309/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 8.107. Procedimento Ministerial nº 592.9.68882/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 8.108. Procedimento Ministerial nº 705.9.136754/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;



- 8.109. Inquérito Civil nº 020.0.54701/2010, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;
- 8.110. Procedimento Ministerial nº 596.0.113285/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 8.111. Procedimento Ministerial nº 114.0.236564/2016, da Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 8.112. Inquérito Civil nº 521.0.31023/2016, da Promotoria de Justiça de Nova Fátima;
- 8.113. Inquérito Civil nº 656.0.25376/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 8.114. Procedimento Ministerial nº 268.0.260816/2012, da Promotoria de Justiça de Santa Terezinha;
- 8.115. Inquérito Civil nº 676.0.231432/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 8.116. Inquérito Civil nº 003.1.93956/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 8.117. Inquérito Civil nº 163.9.22012/2017, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 8.118. Inquérito Civil nº 656.0.24618/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 8.119. Inquérito Civil nº 646.0.179994/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.120. Procedimento Ministerial nº 371.0.213138/2009, da Promotoria de Justiça de Itacaré;
- 8.121. Inquérito Civil nº 597.0.82037/2012, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 8.122. Procedimento Ministerial nº 003.0.178586/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.123. Procedimento Ministerial nº 138.9.129971/2017, da Promotoria de Justiça de João Dourado.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA

- 8.124. Procedimento Ministerial nº 597.0.39572/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.125. Procedimento Ministerial nº 003.0.214193/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 8.126. Procedimento Ministerial nº 087.0.174865/2014, da Promotoria de Justiça de Conceição do Jacuípe;
- 8.127. Procedimento Ministerial nº 708.0.38497/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 8.128. Procedimento Ministerial nº 591.0.136069/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 8.129. Procedimento Ministerial nº 592.0.48798/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 8.130. Procedimento Ministerial nº 709.0.151138/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 8.131. Inquérito Civil nº 003.9.88015/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.132. Procedimento Ministerial nº 674.0.27328/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 8.133. Inquérito Civil nº 163.0.98885/2013, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 8.134. Inquérito Civil nº 698.0.233963/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 8.135. Procedimento Ministerial nº 003.9.67156/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de

Lauro de Freitas;

8.136. Inquérito Civil nº 674.0.93915/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

8.137. Inquérito Civil nº 003.0.151687/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação;

8.138. Inquérito Civil nº 003.0.123631/2007, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.139. Inquérito Civil nº 020.0.54657/2010, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;

8.140. Inquérito Civil nº 692.0.71170/2012, da Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente com sede em Guanambi.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

8.141. Inquérito Civil nº 593.0.227774/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

8.142. Inquérito Civil nº 001.9.164677/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

8.143. Inquérito Civil nº 677.0.36900/2010, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;

8.144. Procedimento Ministerial nº 069.0.19356/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

8.145. Procedimento Ministerial nº 608.0.244771/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

8.146. Inquérito Civil nº 003.0.78604/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Salvador;

8.147. Inquérito Civil nº 709.0.170913/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

8.148. Procedimento Ministerial nº 003.9.95402/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

8.149. Inquérito Civil nº 593.0.208170/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;

8.150. Inquérito Civil nº 709.0.178460/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

8.151. Inquérito Civil nº 163.0.99149/2013, da Promotoria de Justiça de Maracás.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

8.152. Procedimento Ministerial nº 720.0.261819/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

8.153. Procedimento Ministerial nº 703.9.9612/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

8.154. Procedimento Ministerial nº 596.0.28153/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

8.155. Inquérito Civil nº 003.0.45733/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

8.156. Procedimento Ministerial nº 608.0.11002/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

8.157. Procedimento Ministerial nº 003.9.15626/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

8.158. Procedimento Ministerial nº 003.0.115938/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

8.159. Procedimento Ministerial nº 521.0.163589/2016, da Promotoria de Justiça de Nova Fátima;

- 8.160. Inquérito Civil nº 709.0.72593/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 8.161. Inquérito Civil nº 003.0.166616/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 8.162. Inquérito Civil nº 712.0.4964/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 8.163. Inquérito Civil nº 656.0.25355/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 8.164. Procedimento Ministerial nº 598.0.219924/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.165. Inquérito Civil nº 646.0.188137/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.166. Procedimento Ministerial nº 003.0.115929/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 8.167. Inquérito Civil nº 001.9.129621/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 8.168. Inquérito Civil nº 644.0.159949/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 8.169. Inquérito Civil nº 307.0.155974/2013, da Promotoria de Justiça de Serra Preta;
- 8.170. Inquérito Civil nº 681.0.70716/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 8.171. Procedimento Ministerial nº 114.0.217135/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 8.172. Procedimento Ministerial nº 608.0.227035/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 8.173. Procedimento Ministerial nº 724.0.224919/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 8.174. Inquérito Civil nº 054.0.145902/2013, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;
- 8.175. Inquérito Civil nº 003.9.87984/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.176. Inquérito Civil nº 656.0.25395/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 8.177. Procedimento Ministerial nº 674.9.39685/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 8.178. Procedimento Ministerial nº 003.9.97386/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.179. Procedimento Ministerial nº 054.0.92169/2011, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;
- 8.180. Inquérito Civil nº 704.0.138298/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Macaúbas.

9. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 25 de setembro de 2017.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público